

Tecnologia & ideologia: os dois lados da moeda que produz vulnerabilidade

Tecnology & Ideology: the two sizes of the coin that produces vulnerability

Dora Porto

Cátedra UNESCO de Bioética, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

doraporto@gmail.com

Resumo: Este trabalho discute a vulnerabilidade social frente à complexidade das relações de produção que interferem diretamente nas relações ambientais e nas e inter-relações humanas nas sociedades contemporâneas. A economia de mercado fomenta e aprofunda desigualdades entre indivíduos, grupos, segmentos e populações, obliterando os valores humanos e transformando o pacto social em um contrato de compra e venda. O presente trabalho discute esta situação à luz da bioética buscando apontar os conceitos e princípios éticos que fazem parte desse processo.

Palavras-chave: Bioética. Sociedade de mercado. Tecnologia. Ideologia.

Abstract: This study discusses the social vulnerability in face to the complexity of relationships of market production that directly interferes in the environmental relationships and in the human inter-relations of the contemporary societies. The market economy fosters and increases inequalities among individuals, groups, segments and populations, obstructing some human values and turning the social pact into a buy-sell contract. The present study discusses this conflict under the bioethics view trying to set out the concepts and ethical principles that are part of this process.

Key words: Bioethics. Market society. Technology. Ideology.

A difusão de artefatos tecnológicos na sociedade de mercado globalizada vem transformando a realidade, aniquilando as regras do pacto social e reduzindo-o a um simples contrato de compra e venda. Esse fenômeno oblitera os valores humanos e fortalece as desigualdades econômicas e sociais entre indivíduos, grupos e segmentos no âmbito interno das nações.

O surgimento de grandes corporações transnacionais repercutiu diretamente na soberania dos estados nacionais, tanto por interferir em suas políticas internas quanto por intensificar a assimetria entre eles. Isso acentua a vulnerabilidade social já que os estados, por interesse ou impotência, têm se revelado cada vez mais incapazes de conduzir políticas públicas que, de fato, garantam à totalidade de seus cidadãos o pleno exercício dos direitos econômicos e sociais. Dependentes da tecnologia e destituídos da capacidade de intervir efetivamente para promover a emancipação e proteger os especialmente vulneráveis, têm lhes restado apenas a possibilidade de remediar os males advindos da voracidade do mercado, tanto na dimensão social quanto ambiental.

Frente a essas constatações faz-se necessário refletir sobre os mecanismos que conformam esse quadro, buscando compreender como a iniquidade se imprime na vida social. Perscrutar tais detalhes pode ajudar a perceber formas de intervir individual e coletivamente no sentido de superá-la, minimizando assim a vulnerabilidade daqueles que têm menor possibilidade de se defenderem. Se tal qual propõe Garrafa "o problema central da Bioética não é o do limite ético, mas sim aquele das razões que justificam um determinado juízo moral" (1), parece-nos que a análise histórica pode dimensionar o processo de construção das moralidades e apontar a relação direta entre elas e a ideologia do contexto social no qual surgiram. Tal reflexão torna-se mais importante agora, quando a *Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos* da UNESCO ampliou os horizontes de discussão, introduzindo e legitimando as pautas social e ambiental como questões pertinentes a esse campo de estudo.

Homem primata, capitalismo selvagem

As interpretações que qualquer sociedade constrói para explicar o mundo e as formas de nele atuar dão-se por meio da produção de conceitos e práticas, idéias e técnicas, que caracterizam seus traços culturais. Os traços culturais são os saberes próprios, acumulados e transmitidos, que distinguem um grupo social e revelam-se nas técnicas e nos padrões de comportamento adotados em uma sociedade.

Para a arqueologia o processo de divisão da história em idades sucessivas baseia-se na difusão de traços culturais relacionados à produção e uso de ferramentas de pedra, bronze ou ferro. O trabalho de campo de antropólogos em sociedades simples ou grupos isolados acrescentou a essa matriz classificatória a necessidade de incluir outros aspectos relacionados ao comportamento humano na construção desses parâmetros, como a demografia, climas, padrões de aldeamento e outros tópicos ecológicos e antropológicos:

“Para os arqueólogos que trabalham nessa linha, a idade da pedra lascada veio a significar um modo de vida definido, de modo geral, por uma economia baseada inteiramente na caça e na coleta (incluindo a pesca), na qual os utensílios de pedra e de osso eram de primordial importância na tecnologia” (2).

A disseminação de uma característica não materializada em um objeto ou técnica, ou seja, a transmissão de idéias, entre indivíduos, grupos, segmentos e populações, implica freqüentemente em um processo de reinterpretação e adequação naqueles que assimilam tais traços, alterando, freqüentemente, aspectos significativos de sua configuração original. Traços culturais abstratos como os relacionados às crenças religiosas, por exemplo, demonstram esse fenômeno, o qual tende a criar uma mescla cultural que acopla as formas, os sentidos e os significados dos contextos que estão em contato. O resultado é a produção de configurações religiosas diferentes das matrizes originais, geralmente marcadas pelo sincretismo.

Grosso modo pode-se dizer que a assimilação de um traço cultural está diretamente ligada à possibilidade de que se transforme em um comportamento. Assim, quanto mais um traço cultural estiver fixado

na realidade por meio de uma prática, mais tende a ser assimilado e reproduzido, mesmo se as razões de sua existência nos contextos onde se originaram forem esquecidas ou transformadas. Essa probabilidade de um traço cultural ser difundido e assimilado cresce à medida que o comportamento a ele associado relacionar-se à manutenção do cotidiano, desencadeando um hábito.

Por essa mesma razão há que se inferir que quando a difusão de traços culturais se refere a um objeto ou à técnica implicada em sua produção, existe maior probabilidade desses traços manterem-se estáveis. Isso se deve à reprodutibilidade da própria técnica, que exige o cumprimento de diversas etapas e processos de produção para a obtenção do resultado esperado. À medida que um produto torna-se mais elaborado, a necessidade cumprir criteriosamente essas etapas e processos estende-se também a seu uso, que implicará na adoção de procedimentos e comportamentos relacionados à efetividade em sua utilização.

Em qualquer caso, a aceitação de traços culturais e a assimilação de técnicas de produção a eles relacionadas ocorrem com maior facilidade à medida que os indivíduos, grupos, segmentos ou populações receptoras reconhecerem o mérito e a aplicabilidade daquele objeto ou técnica específicos. Mesmo assim deve-se ressaltar que a efetividade prática de um traço cultural nem sempre predispõe sua aceitação já que "muitas vezes a coisa simples e óbvia não chegou a ser descoberta ou aceita, mesmo quando era muito e logicamente necessária" (3).

Ainda que a transmissão de traços culturais possa ocorrer de forma espontânea, como resultado de um contato amistoso ou pacífico entre indivíduos ou grupos sociais distintos, não se pode desvincular esse processo das relações de dominação. O que se pode observar ou deduzir é que na maior parte das vezes o contato entre grupos, segmentos e populações dá-se sob estratégias de poder moldadas pela competição. A competição é a reivindicação simultânea do mesmo poder que causa conflito ou luta (4). Portanto, a competição manifesta-se na agressividade do contato e implica na subjugação de um grupo por outro, na expropriação de sua força de trabalho e de sua riqueza.

A adoção da estratégia de competição para conquistar a força de trabalho e aumentar a riqueza caracteriza as transformações nos mo-

dos de produção que marcaram inexoravelmente o curso da história: a Revolução do Neolítico, com a introdução da técnica agrícola e a Revolução Industrial que inaugurou a produção manufaturada em série. Em cada um destes períodos, o que se pôde verificar é que a acumulação de excedente, necessária à consolidação do novo processo produtivo, esteve relacionada à apropriação, direta ou indireta, da vida ou do trabalho dos grupos socialmente mais vulneráveis.

Segundo Engels (5), no caso do Neolítico a acumulação essencial à transformação no modo de produção decorreu da dominação das mulheres a partir dos núcleos familiares e das relações de parentesco. As transformações no modo de produção implicaram no surgimento da propriedade privada, cuja posse consolidou-se como um privilégio masculino. A subjugação das mulheres por meio da força e a apropriação de sua força de trabalho parecem ter sido as estratégias de dominação que consolidaram a desigualdade nas relações entre os sexos. Tal situação perdura em todo mundo, vulnerabilizando as mulheres, sobre quem ainda hoje recai o trabalho reprodutivo na esfera doméstica, gerando as duplas e triplas jornadas de trabalho.

Na Revolução Industrial, o processo de acumulação proporcionado pelo mercantilismo também foi baseado na usurpação da propriedade e do direito à vida das populações ameríndias e africanas. O etnocídio e a apropriação da terra das populações nativas americanas bem como a escravização das populações negras caracterizaram a empresa colonial. Tais circunstâncias se refletem até hoje na dinâmica das sociedades americanas que é marcada pela estigmatização e exclusão, colocando à margem da vida social a maioria dos indivíduos. Nesses casos, a supremacia técnica para dominar constituiu-se o elemento chave das relações de competição pelo poder:

"As culturas indígenas não puderam sobreviver à interferência do homem branco, o conhecimento dos estranhos costumes brancos de trabalhar por salário, de pagar por terras e de dirigir empresas particulares destruiu seus antigos arranjos sociais sem trazer nada de concreto em substituição" (6).

Embora tanto a Revolução do Neolítico quanto a Revolução Industrial tenham marcado processos de transformação técnica, que se re-

fletiram no modo de produção, na demografia e na dinâmica social nas sociedades onde surgiram e para onde migraram tais traços, deve-se assinalar uma diferença marcante na forma de analisá-las. A distância temporal em relação ao período Neolítico e as escassas informações que se pode amear sobre ele fixaram a atenção no artefato, o que permitiu classificar as mudanças técnicas como um processo de difusão em relação ao qual era possível identificar fluxos, etapas de migração e processos de adequação de traços culturais, sem considerar a ideologia que produziu tais traços. Exatamente o contrário ocorreu em relação à Revolução Industrial, que foi analisada tanto pelos que a apoiavam quanto pelos que a negavam como um processo ideológico, em relação ao qual importava mais considerar o modo de produção do que o produto em si. Em virtude disso, nos dois casos, técnica e ideologia foram percebidas como dimensões dissociadas da realidade.

Ao estudar a história da penalidade, Foucault indicou a relação entre técnica e ideologia, evidenciando que a confluência entre elas estabelece-se na fronteira do corpo por meio do condicionamento do comportamento, nos “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que assegurem a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (7). Como substrato para o exercício desse controle sobre o corpo e o comportamento, Foucault aponta em *Micro-física do poder* a interface entre saber/poder, evidenciando que são dois aspectos das inter-relações sociais ou das relações entre grupos, segmentos e populações: o saber molda e sustenta o poder e o poder direciona e produz o saber, que pode garantir a sua própria manutenção (8). Esses dois aspectos mantêm ou transformam as relações de dominação ao longo da história, pavimentando o acesso ao poder para os indivíduos, grupos, segmentos ou populações que detêm o saber.

O saber/poder voltado ao desenvolvimento e manutenção de estratégias de competição pela riqueza possibilita mais êxito em se apropriar da vida, do trabalho, dos meios de produção, das técnicas ou do resultado de sua utilização para alcançar o topo da hierarquia social. Essa posição garante privilégios, oportunidades de desfrute do prazer que não são concedidas àqueles que se encontram em posições mais baixas na escala social. Ser detentor do conhecimento voltado à

subjugação dos outros permite determinar a ideologia na dimensão fenomênica, pela implementação das técnicas que desse saber podem derivar e a disseminação dos modos de vida e comportamentos a elas associados.

A propaganda é a alma do negócio

Se a ênfase na competição e na conquista do outro para a apropriação e o acúmulo da riqueza pode ser constatada desde os primórdios do processo de formação das culturas que hoje constituem as chamadas sociedades ocidentais (ou daquelas que assimilando seus traços culturais preponderantes adotaram seu estilo de vida), tal objetivo foi reforçado com o advento da sociedade industrial, como observou Augusto Comte, já no início do século XIX:

"A organização científica do trabalho, característica da sociedade européia, é tão mais eficaz do que todas as outras organizações que, a partir do momento em que seu segredo foi descoberto por um povo, todas as partes da humanidade têm necessidade de apreendê-lo, pois ele é a condição da prosperidade e do poder" (9).

O crescimento da capacidade produtiva com a industrialização trouxe como consequência a necessidade de conseguir matéria-prima em maior quantidade e com menor custo. Além da necessidade de suprir a produção industrial também era importante conquistar novos mercados para os artefatos produzidos. Para alcançar esse duplo objetivo foi desencadeada uma nova fase de colonização, que garantia o acesso às matérias-primas das regiões dominadas na África, Ásia e América Latina, concedendo, ainda, como um bônus extra, mão-de-obra barata para sua exploração.

A colonização implementada na era industrial procurou legitimar a conquista territorial, a subjugação e o extermínio das populações sob a pátina da ideologia do progresso, que escondia a sede de riqueza e poder dos países industrializados. Ao imporem-se pelo uso da força, inclusive às elites das sociedades dominadas, os "cruzados" da modernidade desconstruíram os valores e os modos de vida tradicionais, que sucumbiram sob os traços culturais da sociedade

industrial, cujos produtos caracterizavam-se pela materialização de um estilo "civilizado" de viver.

A idéia de desenvolvimento associada à produção industrial estava inserida no bojo dessa expansão econômica. Essa idéia implica em valoração positiva, já que no imaginário das sociedades ocidentais tal conceito significa crescimento, aprimoramento e progresso. A ordem social emanada desse consórcio reafirma o etnocentrismo focado nas sociedades européias, a concentração de renda pelo direito à propriedade privada, que se estende aos meios de produção, e a legitimidade das relações de dominação e exploração entre indivíduos, grupos, segmentos e populações. Transformando as sociedades ocupadas em extensões territoriais de seus Estados-Nação, essa nova fase da colonização consolidou estruturas e dinâmicas sociais marcadas pela desigualdade.

A adoção da estratégia de competição para subjugar as populações das áreas ocupadas determinou que apenas esses novos colonizadores fizessem jus à cidadania, condenando as populações locais a graus diferenciados de exclusão. Alijada da possibilidade de escolher seus projetos de vida e da capacidade de optar coletivamente por um projeto de Nação, a população da maior parte desses estados foi levada a trabalhar em regime de servidão. A desagregação das estruturas sociais, a deslegitimação das hierarquias políticas e a dissolução dos modos de vida sob o impacto da usurpação colonialista contribuíram para vulnerabilizar ainda mais segmentos e grupos sobre os quais já pesava o fardo histórico da desigualdade.

As regiões em que o colonialismo da era industrial não forjou a ocupação efetiva do território não escaparam a destino semelhante. Esse é o caso de grande parte dos países da América Latina que sucumbiram à estratégia de competição pelo poder, aliciados pela promessa de riqueza e prosperidade. As elites, seduzidas pelo imaginário associado aos produtos da indústria, buscavam reafirmar sua relação de pertencimento com as sociedades européias pelo uso de idiomas estrangeiros, consumo dos produtos e a adoção de comportamentos e modos de vida.

Para manterem-se no poder patrocinaram e apoiaram sucessivos golpes de Estado e a instituição de ditaduras que, em nome do progresso e do desenvolvimento atribuídos à industrialização, contri-

buíram para expropriar não apenas de a riqueza material, mas para impedir o surgimento ou consolidação de processos autóctones de articulação social dos grupos e segmentos socialmente mais vulneráveis. Desse modo foi possível diluir os traços culturais, os modos de vida, alterar os comportamentos, e criar um padrão único e universal de heteroregulação desenhado sobre o condicionamento do desejo, da necessidade e da vontade ao consumo dos produtos da sociedade industrializada.

Se o foco do poder oriundo da industrialização migrou da Europa para os Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial, essa mudança só intensificou os fenômenos de difusão e assimilação dos produtos industriais. O aporte de novas tecnologias desenvolvidas a partir das pesquisas militares realizadas durante o conflito, caracterizou o imperialismo econômico nessa fase da expansão da produção industrial. A Onda Verde, que marcou as transformações das técnicas agrícolas, introduziu o uso de máquinas, sementes, agrotóxicos e defensivos, bem como a difusão de novos equipamentos, insumos e medicamentos para a recuperação da saúde, que são alguns dos exemplos desse processo de expansão tecnológica.

A difusão dessas tecnologias provocou transformações ambientais e sociais marcantes. Se, pela perspectiva do capital, a mecanização do campo com a Onda Verde favoreceu o aumento das safras agrícolas e as relações superavitárias na balança comercial, esses ganhos foram originados pelo aumento das grandes propriedades, pela intensificação da monocultura, o extermínio de sementes e a expulsão dos trabalhadores do campo. Na área da saúde, a difusão da medicina científica implementou mudanças estruturais em relação a conceituação do objeto e da prática médica. Tais mudanças introduziram um modelo de atenção focado nos hospitais (e na tecnologia) que podem ser caracterizadas pelo mecanicismo, biologicismo, individualismo, especialização, exclusão de práticas alternativas, tecnificação do ato médico, ênfase na medicina curativa e na concentração de recursos (10). Nos dois exemplos, a introdução de novas tecnologias produziu mudanças significativas na dinâmica social e no comportamento, aumentando a dependência em relação aos países desenvolvidos e suas tecnologias.

A difusão/assimilação dos produtos industriais e dos modos de

vida a eles relacionados em escala mundial consolidou-se com a criação dos meios áudio-visuais, como o cinema e a televisão, que atuaram como elementos fundamentais nesses processos. O cinema estadunidense, que começou já durante a Guerra a ser usado como uma estratégia de propaganda para amplificar a difusão da ideologia norte-americana, consolidou-se no período que se seguiu como um engenhoso formador de padrões de comportamento. O reducionismo maniqueísta do *happy end* revelou-se a fórmula mágica que encerrava todos os tipos de conflitos em todos os tipos de histórias, das guerras aos amores mal resolvidos, possibilitando vivenciar o prazer pela identificação com as personagens. Para experimentar a sensação de conquistar um território, vencer uma guerra ou seduzir um parceiro, era necessário apenas entregar-se às próprias emoções na sala escura, se permitindo sentir o que viviam as pessoas estampadas nas telas. A conjugação de imagem e som franqueou à todas pessoas - na dimensão imaginária - a possibilidade de experimentar certos prazeres, que de fato estão restritos a alguns.

A invenção da televisão trouxe para o cotidiano a possibilidade de viver todos os dias essa poção de sonho. Em cada casa um aparelho apregoa as promessas da sociedade de mercado até 24 horas por dia, tornando-se o principal veículo de difusão da ideologia dominante. Entremeando histórias e imagens de produtos, a dinâmica televisiva contribui para fortalecer a identificação entre consumo e prazer. O poder da tecnologia em proporcionar sensação de prazer abre caminho para que a ideologia seja pautada pelo desejo pelo produto. Assim, o prazer passou a ser função do consumo, uma sensação provocada pela expectativa de possuir ou desfrutar do uso de um produto. Ao sintetizar no produto o meio de difusão e a mensagem (11), a televisão é o artefato tecnológico que melhor espelha a conjugação entre tecnologia e ideologia.

Despertar o desejo, criar a necessidade e canalizar a vontade para o consumo torna mais fácil a competição, a apropriação da riqueza material e imaterial do outro, pois dessa maneira só é preciso usar a força para manter o poder nos casos de extrema rebeldia ou insubmissão. Quando os ditames do poder são introjetados como objetos do desejo a dominação caracteriza-se pela sedução do dominado, que compactua de boa vontade com sua exploração, sem sequer ter noção disso.

A submissão assim alcançada cai como um sono, um véu que tolda a percepção da realidade, uma droga que promete anestesia contra as dores do cotidiano: "Adquirir os bens disponibilizados no mercado passa a sintetizar a felicidade que, travestida de liberdade, é marcada pela aura da superação dos limites da corporalidade" (12). Para garantir a adesão total a esse jogo de poder, a sociedade de mercado precisa também instigar a competição pela riqueza, já que frente à contínua frustração da promessa de prazer os jogadores com menos recursos podem querer abandonar a partida. Por isso, a agressividade também tem lugar garantido nos meios de comunicação que alardeiam a ideologia da sociedade de mercado.

Capazes de proporcionar maior conforto, bem-estar e até mesmo prolongar a vida de quem deles se utiliza, os artefatos tecnológicos criaram em torno de si uma aura quase mágica relacionada à dominação total da natureza e superação dos limites naturais dos seres humanos. Em virtude disso passaram, cada vez mais, à condição de objetos de desejo, reificados no imaginário em seu próprio uso, que se justifica pela associação entre ciência/tecnologia e verdade. Como a tecnologia conjuga o plano material e o sistema simbólico que lhe confere sentido (as leis da matéria e os paradigmas científicos), os produtos gerados por esse consórcio herdaram o simbolismo creditado à ciência; de ser o lócus da verdade que emana da razão:

"E a ciência passa a ser concebida como um corpo de saberes neutros, destituído de valores e constituído por um processo lento e linear de acumulação de conhecimentos. Essa é a visão de ciência do positivismo cuja concepção de pesquisa e cujo método assumem certos pressupostos: a indiscutibilidade da objetividade, a negação da incidência de valores ideológicos, políticos e sociais na pesquisa, a reificação do objeto investigado e a neutralidade do pesquisador frente a esse objeto" (13).

Assim, envolvida pelos braços da ciência, que no período moderno tornou-se a suprema instância avalizadora da realidade, a tecnologia adquire cada vez mais poder de condicionar o imaginário e ditar o comportamento. Ao infiltrar-se no imaginário pela transformação do cotidiano, a tecnologia se transmuta em ideologia. Mas como na socie-

dade de mercado o desejo do consumo é canalizado para o objeto, movido por sua forma e função, tal relação passa quase despercebida. Assim, a ideologia que emana do mercado se insere de maneira sub-reptícia no cotidiano, como se a posse de um objeto não implicasse em carregar também a ideologia que o molda e sustenta.

O amálgama de representações que envolve a tecnologia faz com que qualquer novo aporte gerado seja considerado *a priori* como algo bom. A tecnologia é considerada filha diletta do engenho humano, o supremo refinamento na arte de criar. E essa impressão positiva revela-se realidade empiricamente observável, naquelas circunstâncias em que seu uso é amplamente disseminado a todas as populações, não estando restrito à competição pelo poder (e pelo lucro) que conforma os ditames do mercado. Exemplifica isso o inegável impacto do controle das doenças transmissíveis por meio de vacinas, também ocorrido no pós-guerra, que produziu significativa melhoria nos indicadores de morbimortalidade materna e infantil bem como o aumento da expectativa de vida em quase todos os países.

O resultado de tais iniciativas demonstrou inequivocamente que a tecnologia pode – de fato – ser usada de forma benéfica para a maioria da população, evidenciando que seu principal efeito deletério decorre de sua associação espúria com a ideologia de mercado. É em decorrência de a tecnologia servir a essa ideologia que o conhecimento torna-se propriedade privada e determina que a pesquisa e a produção se voltem unicamente a maximizar o lucro dos detentores desse bem. Dessa forma, o conhecimento e a tecnologia que dele pode decorrer, são postos a serviço da exclusão, etapa necessária ao sucesso em qualquer estratégia de competição.

Como os centros urbanos reuniram as condições para a produção, implementação e difusão de tais tecnologias, sua ampla disseminação contribuiu para fomentar a dimensão onírica que alimenta fenômenos de migração, tão acentuados no caso brasileiro nas últimas décadas do século XX. A ausência de infra-estrutura básica nas áreas rurais, especialmente nas regiões mais pobres do país, colaborou para que milhões de pessoas socialmente vulneráveis devido à situação de vida a que eram submetidas, vissem no “desenvolvimento” propiciado pela tecnologia uma promessa inequívoca de uma vida melhor nas grandes cidades.

O que se pode observar é que tal mudança, na maior parte das vezes, não aumentou a qualidade de vida dos migrantes e, sim, sua vulnerabilidade. Se competir pela sobrevivência em um ambiente que não se conhece, cujas demandas não se está preparado para responder, é sempre uma situação difícil, deve-se sublinhar que a magnitude das transformações operadas pela introdução das tecnologias criadas nas últimas décadas do século passado atuaram como um fator agravante na reprodução da desigualdade. A dificuldade de acesso e o desconhecimento da maneira de operar essas tecnologias, revelam-se mais um flagelo que secciona do corpo social os grupos e segmentos mais vulneráveis.

Vivendo numa aldeia global

A transformação da globalização econômica também foi gerada por uma estratégia de competição similar a que orientou a Revolução do Neolítico e a Revolução Industrial. Neste caso, o poder delinea-se na divisão do mundo em ricos e pobres. A riqueza decorre da capacidade de produzir conhecimento e tecnologia e a pobreza é a marca da necessidade de ser mero consumidor. Os que têm capacidade de produzir tecnologia são os vencedores da competição pela riqueza, condenando a maioria à exclusão. Os vencidos continuam sendo obrigados a ceder seu patrimônio material e imaterial na esperança de conquistar posição no *podium*.

A exploração da riqueza material e da força de trabalho das populações vulneráveis dos países periféricos consolidou a ascensão econômica e política estadunidense, desenhada sobre a produção industrial e sua difusão pela cultura de massa. Essa exploração permitiu a acumulação da riqueza necessária ao surgimento da globalização econômica, que nada mais é do que o desvelamento das forças que operam o poder:

“Desde o fim da Segunda Guerra, a economia americana cresceu de tal maneira que suas empresas se tornaram transnacionais. Elas possuíam limites econômicos que não tinham nada a ver com os limites políticos das nações: dividiam o mundo entre si a seu modo. Por isso, foram criadas organizações políticas que

tratavam de dar suporte ao expansionismo econômico dos países desenvolvidos. Foram essas organizações que fizeram, desde o início do século XX, o controle e a administração das políticas internas e externas dos países a partir dos interesses dos países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos" (14).

A concentração de riqueza, que fez surgir as grandes corporações, permitiu transpor as fronteiras dos estados nacionais, burlando as legislações que implicavam em qualquer diminuição do lucro. Tentaculares e volúveis as corporações "leiloam" a implantação de parques industriais entre os Estados-Nação não desenvolvidos, direcionando sua atenção àqueles que se comprometem em garantir-lhes menores custos e maiores benefícios. Dessa forma, concentram cada vez mais a riqueza, deixando os custos sociais e ambientais de suas empresas como um rastro nauseabundo que a população desses países deve à força engolir:

"Na dimensão das macro-relações políticas, o poder que determina essa desigualdade relaciona-se diretamente à possibilidade de produzir tecnologia, condição que permite ditar as regras de mercado e se apropriar de grande parte da riqueza. No plano das relações inter-pessoais, a desigualdade se revela na possibilidade de consumir tecnologia, criando uma clivagem que hierarquiza indivíduos, grupos e segmentos a partir de sua capacidade de adquirir os bens disponibilizados no mercado. E é justamente essa capacidade que estabelece a noção de pertencimento: seja na dimensão das relações entre Estados-Nação ou no plano das relações entre subgrupos nesses estados, o que determina o pacto social é a possibilidade de inserir-se no mercado como produtor ou consumidor de tecnologia" (15).

A volubilidade operacional das grandes corporações, que migram pelo mundo ao menor estremecimento nas condições ótimas para maximizar sua riqueza, levou à constatação de que o capital não tem pátria. De fato, a esfera econômica há muito sobrepuiu a política, que hoje se reduz à administração das condições que garantem o contínuo fluxo da riqueza. Não obstante, o capital permanece anco-

rado nos países desenvolvidos, que podem impor sua ideologia ao resto do mundo pela força da tecnologia, seja pela sedução dos meios de comunicação ou pela imposição bélica. Em decorrência disso, os países com potencial para dominar os demais, têm assento garantido no "banquete dos justos", ditando as regras que modulam endividamento e riqueza. O poder dos países deriva do poder real das corporações que fazem suas leis e ditam o comportamento de suas populações:

"Orientada por imperativos econômicos cuja lógica restringe-se a maximizar o lucro das grandes corporações, a associação entre tecnologia e ideologia corrompe a força dos estados nacionais e avilta suas populações, impondo o ritmo e a intensidade da busca por 'desenvolvimento' tecnológico. A dificuldade de perceber a relação entre elas faz com que os riscos ambientais e sociais desse processo sejam facilmente esquecidos e as conseqüências do consumo desenfreado, olvidadas. Creditados à condição de problemas pontuais, que serão resolvidos pelo próximo desenvolvimento tecnológico, os danos sociais e ambientais vão se acumulando numa espiral irreversível" (16).

Do mesmo modo que já havia ocorrido anteriormente, as inovações na tecnologia de comunicação das últimas décadas do século XX contribuíram para o salto exponencial nas estratégias de competição pela riqueza, com o uso dos computadores pessoais interligados em rede em todo o mundo. Da mesma maneira, a ideologia da sociedade de mercado globalizada foi mascarada pelas benesses dos meios de comunicação, que permitiram que se restabelecesse uma ponte para o contato entre pessoas pulverizadas num mundo fragmentado e marcado pelo extremo individualismo.

A possibilidade de conectar-se virtualmente, mas em tempo real, com pessoas em todos os lugares do planeta pela transmissão de som e imagem, estabeleceu uma forma de contato que oblitera os limites espaciais, reconfigurando a percepção da temporalidade. A própria forma de mensurar a passagem do tempo, que no início da era industrial também havia se alterado com a introdução do relógio, mudou de analógica e contínua para digital, que se caracteriza por ser

instantânea e fragmentada. Recriando os parâmetros que organizam a percepção da realidade, uma vez mais a tecnologia foi usada para encobrir a perversidade do mercado, desta feita criando uma teia virtual que se estende sobre o mundo.

Pela malha dessa teia, no entanto, pode-se perceber quanto essa tecnologia de comunicação continua sendo uma estratégia competitiva e excludente, que não pode prescindir de todos os aportes tecnológicos anteriores, da eletricidade aos satélites. Formatada sob a regra básica da economia de mercado, que é a de criar – continuamente – uma necessidade, essas tecnologias tem um processo de obsolescência ficticiamente acelerado. A extrema rapidez na substituição de equipamentos e suplementos, computadores e programas, dificulta ou impossibilita o acesso de todos aqueles que não gozam de situação econômica similar a das populações dos países onde se concentra o poder, que são (obviamente) os próprios produtores dessas tecnologias.

Tendo feito as regras e sendo os donos da bola esses países comandam o jogo como querem, não se envergonhando de fazer má-criação quando se sentem contrariados em seus interesses gananciosos. A concentração da riqueza nas mãos dos poderosos é legalizada pelas leis de patentes, que garantem a privatização do saber e delegam incontestável poder regulatório sobre o fluxo de mercadorias aos produtores de tecnologia:

“Aparentemente, portanto, as regras internacionais livremente negociadas ou – conforme ocorreu no caso brasileiro – impostas por pressões externas, uma vez implantadas, tornar-se-iam uma espécie de pano de fundo que condicionaria as opções dos Governos para atenderem às necessidades de suas populações” (17).

A exclusão não se manifesta apenas na dificuldade de possuir, mas também na capacidade de operar tais tecnologias. E, justamente nesse ponto, o processo histórico que vulnerabilizou indivíduos, grupos, segmentos e populações, cobra seu mais alto preço. Ao direcionarem parte significativa de seus recursos econômicos para o pagamento das dívidas externas contraídas pelas políticas desenvolvimentistas das ditaduras ou herdadas das políticas coloniais, os países não desen-

volvidos deixaram de proporcionar a suas populações as condições essenciais para o exercício da cidadania, neste caso a educação.

Ao aumento da vulnerabilidade social soma-se a ausência de educação formal e a tecnologização dos meios de produção, tornando dispensáveis milhares de trabalhadores que repentinamente viram-se excluídos da cadeia produtiva e impedidos de ganhar o próprio pão. A pauperização decorrente da extinção de postos de trabalho espalhou-se por todo mundo, incidindo com mais vigor sobre as populações vulneradas (18) social e economicamente, que constituíam a mão-de-obra de reserva da qual se servia sociedade de mercado da era industrial: "uma quantidade importante de seres humanos já não é mais necessária ao pequeno número que molda a economia e detém o poder" (19). Mais uma vez são os pobres, em todo o mundo, que devem pagar pela prosperidade insustentável ordenada pelos imperativos da sociedade de consumo.

Novas roupagens para os mesmos produtos desencadeiam a ânsia por consumir: "carros, sanduíches, aviões, computadores e celulares invadem o cotidiano, tornando-se rapidamente indispensáveis. Desta forma, cada vez mais a tecnologia se torna ideologia, condicionando o comportamento e associando a representação do Eu ao consumo" (20). Instigados por seu desejo, necessidade e vontade, os ávidos consumidores são orientados pela ideologia de mercado a acreditar que estão fazendo uso de sua liberdade, autonomia ou até do livre-arbítrio ao "escolher" nas prateleiras os signos/produtos para construir sua identidade. Pois, não se pode mais duvidar, que é o consumo de bens no mercado que define o pertencimento a um grupo ou segmento. Ao associar o consumo do produto à construção da identidade, a globalização econômica estabeleceu a forma mais efetiva de dominação. Tal circunstância, que vulnerabiliza a todos, é mais perversa para aqueles grupos, segmentos e populações que historicamente têm estado à margem, os vulnerados (21).

Como também para a ideologia de mercado vale a máxima cristã "muitos serão chamados mas poucos os escolhidos", a promessa de alcançar o prazer pelo consumo passa a configurar-se numa utopia para todos aqueles que não podem se dar ao luxo de bancar a aquisição de seus objetos de desejo. A expectativa (quase sempre frustrada) de usufruir os produtos ofertados acaba por colocar a escolha entre

dois pólos: ou o desejo, a necessidade e a vontade são domesticados pelas migalhas de um consumo sempre aquém do esperado, ou a impossibilidade de adquirir o produto, que simboliza o desfrute do desejo, instiga à competição. Em virtude disso, as cidades, onde se condensa a maioria da população, transformam-se em arenas onde a violência explode. A competição desenfreada por riqueza, ou mesmo pela sobrevivência, acaba por atingir a todos, aleatoriamente e sem exceção:

“Se de fato o indivíduo e o grupo necessitam de uma dose de agressividade para conseguir seus objetivos, em uma sociedade cada vez mais competitiva e excludente, a agressividade deve ser cada vez maior. Evidentemente, quanto mais próximo for o objeto do desejo das necessidades básicas, mais intensa será a luta para consegui-lo e menos controlável a agressividade envolvida nesse movimento. Nesse sentido o capitalismo neoliberal, ao promover uma maior concentração de renda e uma administração ‘alucinada’ dos recursos naturais, está revelando cada vez mais o seu rosto excludente e sua barbárie. Isso, porém, não pode ser ‘revelado’, deve permanecer oculto para manter a ‘ilusão’ de que a proposta neoliberal representa o ‘eixo do bem’, ou seja, a maneira mais civilizada de viver, sob a égide do direito e da ‘democracia’ ” (22).

As novas tecnologias da sociedade de mercado globalizada, porém, não se resumem à área de comunicação. As descobertas científicas no campo da física e da biologia propiciaram enormes transformações na agricultura e na saúde, apenas para ficar nos exemplos já apresentados.

A criação de organismos geneticamente modificados (OGM) ameaça a biodiversidade, a agricultura familiar e o manejo sustentável dos recursos naturais. As sementes engenheiradas não apenas matam a prática que deu origem à agricultura, a guarda de sementes para o replantio e a troca de variedades entre agricultores; elas subvertem a própria essência da natureza, interrompendo o contínuo e generoso ciclo de reprodução da vida.

A força de pressão das grandes corporações no ramo da bioindústria se faz sentir na velocidade de disseminação dos produtos e na pouca

resistência que encontram por parte dos governos que, por interesse ou negligência, não conseguem se opor a elas ou sequer estabelecer limites minimamente prudentes para sua utilização. Embora não se possa precisar as conseqüências de sua utilização a médio e longo prazos, são alardeadas como “a solução da lavoura”, especialmente pelos grandes latifundiários comprometidos com a monocultura de exportação.

Permeando a relação da biodiversidade e da biotecnologia, há a questão dos direitos à propriedade intelectual sobre os OGM. Tal questão revela que a expropriação da terra e a exploração da vida humana estendem-se, sob o domínio da biotecnologia, à biopirataria do genoma de todos os seres vivos e à usurpação do conhecimento tradicional sobre a fauna e flora de grupos e populações dos países não desenvolvidos:

“A ortodoxia norte-americana sobre os direitos de propriedade intelectual se assenta na idéia falaciosa de que as pessoas não inovam nem produzem novos conhecimentos a menos que daí resulte ganho pessoal. Contudo, a ganância não é uma ‘realidade fundamental da natureza humana’, mas uma tendência dominante nas sociedades que a recompensam” (23).

Na área da saúde, a biotecnologia veio consolidar a mística do fenômeno da medicalização, concentrando as esperanças da fecundação assistida e da cura por terapia gênica. O embate entre clonagem reprodutiva e terapêutica, mostrado com alarde nos meios de comunicação de massa, contribui para reificar o poder da medicina no imaginário coletivo, aumentando o clamor público pelo acesso a tais tecnologias. Por operarem – diretamente – com vida e morte, tornam-se imediatamente indispensáveis, garantindo assim vultuoso lucro para as empresas.

Da mesma maneira que acontece com os OGM, os governos dos países não desenvolvidos se mostram incapazes de intervir para garantir a segurança efetiva de suas populações. Questões candentes como o acesso, privacidade, confidencialidade e utilização de dados genéticos, acabam não sendo discutidas (ou solucionadas) na dimensão de governo, delegando-se tais competências aos pesquisadores ou às

instituições classistas. Essa situação abre o flanco para que a ideologia do mercado globalizado, pelas mãos dos aproveitadores de plantão, continue a impingir seus produtos (e metodologias escusas de pesquisa) que acabam por enredar as nações não desenvolvidas em eterna dependência e vulnerabilidade.

Sobre todas essas conseqüências do consórcio entre ideologia e tecnologia na sociedade de mercado globalizada paira ainda o espectro ameaçador da produção de armas biológicas e do bioterrorismo. Num mundo desigual em que Estados aviltados em sua dignidade estão em confronto com gigantes que querem manter seu poder a qualquer custo; em que populações que vivem no limiar da sobrevivência se defrontam com outras que desperdiçam na superabundância; em que segmentos sociais, como as mulheres e as populações negras, não conseguem superar as condições históricas de produção da desigualdade que os oprimem; e que, grupos sociais perderam (ou sentem-se ameaçados de perder) suas características socioculturais por força do contato opressivo com a ideologia de mercado: tal fantasma não parece estar longe de se materializar. Na sociedade de mercado globalizada, na qual tudo tem preço, também o dilema existencial se adultera: ter ou não ter, passa a ser a questão.

Quando se conhece o preço de tudo, mas não se sabe o valor de nada

Valores como democracia, liberdade e igualdade, ocultam a ideologia da barbárie que define a estratégia de competição no mercado. A idéia de desenvolvimento que ampara essa estratégia revela-se uma armadilha insustentável, capaz de exaurir os recursos do planeta. A finitude dos recursos essenciais à vida humana é uma realidade que se aproxima a passos rápidos sem que isso altere a voragem do mercado que orchestra essa trama. Parece claro que o tropel dos cavaleiros do apocalipse que se espalha velozmente pelo mundo é uma melodia afinada pela ideologia do mercado para exterminar as populações inúteis à globalização econômica, garantindo que os recursos naturais não sejam "desperdiçados" pelos miseráveis e possam continuar a alimentar os interesses das corporações.

Sob a sociedade de mercado globalizada, a articulação necessária

à vida social é rompida, transformando o pacto social em um contrato de compra e venda que só garante direitos àqueles que podem pagar por isso. Os governos dos países não desenvolvidos, cujas "economias se deterioraram, com crescimento econômico anual negativo ou incipiente, níveis escorchantes de pagamento da dívida nacional e taxas anuais de pagamento do serviço da dívida externa superiores a seus ingressos do exterior" (24) não conseguem impor condições de negociação justas, que garantam bem-estar e qualidade de vida a suas populações. As condições injustas do comércio internacional, continuamente, reforçadas pelas normas e ações de organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), que trabalham no sentido de manter os privilégios e lucros dos detentores do capital.

Os indivíduos, reféns do mercado e vítimas do desejo, também não conseguem levantar suas vozes e lutar, nem individual nem coletivamente, por uma situação mais equânime e justa. Inebriados pelas promessas da tecnologia ou convencidos da própria impotência para alterar a situação, sucumbem sem esboçar qualquer resistência:

"A capacidade de amaciar que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não se pode evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento econômico submetido, como toda produção econômica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder... O discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua ética é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por um mundo de gente... A aplicação de avanços tecnológicos com o sacrifício de milhares de pessoas é um exemplo a mais de quanto podemos ser transgressores da ética universal do ser humano e o fazemos em favor de uma ética pequena, a do mercado, a do lucro" (25).

Frente a isso, não se pode deixar de perguntar sobre o mercado como valor absoluto: "Deve-se aceitar que tudo, incluindo nós mesmos, possa ser comprado ou obtido através do poder, exercitado de

modo agressivo ou mesmo pela força da moeda?" (26). Para responder a essa pergunta vale a pena recordar o que acontece com o chamado duplo *standart* de pesquisas, patrocinado por indústrias farmacêuticas transnacionais, que secciona o mundo em ricos e pobres, impondo uma perspectiva social e ambientalmente insustentável. É indispensável rever os parâmetros de consumo impostos por essa ideologia para discernir entre o essencial e o supérfluo; entre as tecnologias que podem servir a todos os seres humanos e as que só alimentam o mercado e sua sede de lucro, responsabilizando-se pela herança das próximas gerações: "Assim, aumentando o insuficiente e diminuindo o excedente, completa-se o ciclo da eqüidade, garantindo a sustentabilidade social e ambiental e a vida de todos. Isso é, pura e simplesmente, justiça" (27).

Responder a tal pergunta implica também em mudança de comportamento, na transformação do imaginário e na ação concreta na realidade cotidiana. É preciso indignar-se com a barbárie que se esconde sob a ideologia de mercado e tomar consciência que ela se reproduz no artificialismo, pelo consumo de cada um. É necessário sair do comodismo e romper com a hipocrisia, transformando-se em agente da história que direciona o fazer para suprimir a estratégia de competição pela riqueza. É imprescindível que esse fazer promova a cooperação na esfera econômica, capaz de desconcentrar a riqueza e o poder, resgatando, pela ação coletiva, a relação de pertencimento ao todo social.

É fundamental assumir, pessoalmente, a responsabilidade pela transformação do mundo a cada escolha cotidiana. É essencial saber, com os sentidos da razão, que o corpo de cada um de nós não é algo "meu", uma propriedade que pode ser expropriada e escravizada pela força ou pelo condicionamento embrutecedor, mas que sou Eu, na inteireza das minhas relações com o mundo e nas inter-relações com meus semelhantes. E o básico é viver com a convicção de que as escolhas cotidianas refletem uma opção política e ideológica: frente às forças que regem o mundo globalizado, "ser 'apolítico' constituiu-se, desde o princípio, um posicionamento tão politizado como outro qualquer" (28).

Nesse sentido é importante ainda considerar o impacto que a *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* da UNESCO

traz a esse campo de estudo. Ao incluir os Direitos Humanos como temática legítima da bioética, a Declaração aponta a necessidade de expandir suas bases conceituais, incorporando conceitos, categorias classificatórias, técnicas de análise e pesquisa capazes de responder aos conflitos éticos manifestos na dimensão social. Tal adequação epistemológica abre espaço para que outras áreas das ciências possam somar esforços para produzir análises que incorporem a dimensão simbólica e comportamental, possibilitando identificar de maneira mais precisa as razões estruturantes das moralidades que orientam a vida social. Dessa forma, a Declaração promove a transdisciplinaridade que já é a marca desse campo de estudo, colocando lado a lado com a área biomédica, o direito, as ciências sociais e humanas e as ciências da saúde.

Essa transformação inaugura uma nova *práxis*, uma outra forma de pensar e de fazer bioética. Enfrentar esse desafio é tarefa de todos aqueles que desejam, necessitam e têm vontade de viver em um mundo mais justo. Um lugar onde a ética não seja só uma palavra, mas signifique uma certeza que se experimenta no dia-a-dia. E, não seria este, afinal, o objetivo da ética aplicada?

Referências

1. Garrafa, V. Introdução à Bioética. *Revista do HU – Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão*, 2006, no prelo.
2. Gould, RA. A idade da pedra lascada. In: Shapiro, LH. *Homem, cultura e sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1982 pp. 49-98.
3. Benedict, R. O desenvolvimento da cultura. In: Shapiro, LH (org.) *Homem, cultura e sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1982. pp. 235-49.
4. Houaiss, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001 p.775.
5. Engels, F. Da barbárie à civilização. In: *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1981.
6. Benedict, R. *Op. cit.*
7. Foucault, M. *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*. Petrópolis, Editora Vozes, 1987, p.139.
8. _____. Sobre a prisão. In: *Micro-física do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 142.
9. Aron, R. Augusto Comte. In: *Etapas do pensamento sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 78.
10. Mendes, EV. *A evolução histórica da prática médica – suas implicações no ensino, na pesquisa e na tecnologia médica*. Belo Horizonte, PUC-MG/FINEP1984. pp.27-36.
11. McLuhan, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo,

Revista Brasileira de Bioética

Editora Cultrix, 1964. pp.21 – 94.

12. Porto, D. *Op. cit.* Tradução da autora.

13. Mendes, EV. *Op. cit.*

14. Muraro, RM. *A mulher no capitalismo avançado. In: A mulher no terceiro milênio.* Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos. 1993, p.177.

15. Porto D & Garrafa, V. Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado. *Bioética*. 13(1) 2006. pp. 111-23.

16. _____ . *Op. cit.*

17. Tapajós, A. A ótica das patentes: um exame bioético das negociações da Declaração sobre o Acordo de TRIPS e a Saúde Pública e seus impactos quanto ao acesso a medicamentos. Dissertação de Mestrado. *Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde; Cátedra UNESCO de Bioética da Uni-versidade de Brasília.* Brasília, 2005.

18. Schramm, FR. Bioética de la protección: una herramienta efectiva para el acceso de las poblaciones "especialmente vulnerables" a los servicios de salud y a los medicamentos. Resumen de Ponencias y Comunicaciones. *IV Congreso Mundial de Bioética.* 21-25 noviembre 2005. pp. 252-57.

19. Forrester, V. *O horror econômico.* São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista – Unesp, 1997, p. 27.

20. Porto, D. *Op. cit.*

21. Schramm, FR. *Op. cit.*

22. Girola, RB. Violência e saúde: uma perspectiva psicanalítica. *Bioética*. 12(2) 2004. pp.99-111.

23. Shiva, V. Biodiversidade, direitos de propriedade intelectual e globalização. In: Boaventura Sousa Santos (org.) *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. p.326.

24. Tapajós, A. *Op. cit.*

25. Freire, P. *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa.* São Paulo, Paz e Terra. 2005 pp. 126-31.

26. Berlinguer, G & Garrafa, V. *O Mercado humano – estudo bioético da compra e venda de partes do corpo* (2ª. ed.). Brasília: Editora UnB, 2002, pp. 249-50.

27. Porto D & Garrafa, V. *Op. cit.*

28. Sotolongo, PL. Es una bioética separada de la política menos ideologizada que una bioética politizada?. *Revista Brasileira de Bioética*, 2005. 1(2), pp. 133-44.

Recebido em 11/11/2005. Aprovado em 15/1/2006.